



PROJETO LEI Nº095/2024

**AUTORIZA A ABERTURA DE
CRÉDITO ESPECIAL NO
MONTANTE DE R\$ 176.908,60.**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial no valor de R\$ 176.908,60 (cento e setenta e seis mil, novecentos e oito reais e sessenta centavos), conforme o que segue:

Órgão: 07 - Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação
Unidade: 03 - Fundo Municipal da Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Ação: 2.169 - Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso: 1660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
R\$ 79.450,72

Órgão: 07 - Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação
Unidade: 03 - Fundo Municipal da Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Ação: 2.217 - Centro de Referência Especial Assistência Social
Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso: 1660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
R\$ 46.284,47

Órgão: 07 - Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação
Unidade: 03 - Fundo Municipal da Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Ação: 2.217 - Centro de Referência Especial Assistência Social
Fonte de Recurso: 1661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
R\$ 51.173,41

Art. 2º O Crédito Especial autorizado no artigo anterior, será coberto com excesso de arrecadação e superávit financeiro.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Agudo, 24 de outubro de 2024

Pedro Álvaro Muller Júnior
Prefeito Municipal em exercício



JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Trata-se de projeto de lei que propõe a abertura de crédito especial para a inclusão no orçamento municipal de recursos oriundos da Portaria Ministerial nº 104/2022. Essa portaria estabelece um rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes que podem ser adquiridos com recursos transferidos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e revoga a Portaria nº 69, de 24 de junho de 2022.

A utilização desses recursos é essencial para a estruturação e o aprimoramento dos serviços oferecidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em nosso município. O CRAS desempenha um papel fundamental na promoção da cidadania e no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prestando suporte a populações em situação de vulnerabilidade.

Com a aquisição dos equipamentos e materiais previstos na portaria, será possível melhorar a qualidade dos serviços prestados, permitindo a implementação de atividades e programas que atendam de forma mais eficiente as demandas da população. Além disso, essa estruturação facilitará o acesso aos serviços, garantindo que um número maior de cidadãos possa usufruir de direitos e serviços essenciais.

Outro ponto relevante é o fortalecimento da rede de proteção social, uma vez que os recursos disponíveis possibilitarão ações integradas que beneficiarão as famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo, assim, um combate efetivo à fome e ao empobrecimento.

Por fim, a execução deste projeto está em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais de assistência social. Diante do exposto, solicitamos a aprovação do projeto de lei que abrirá crédito especial para a aquisição dos recursos destinados à estruturação do CRAS, na certeza de que essa ação representa um passo significativo para o fortalecimento da assistência social em nosso município.

Pedro Álvaro Muller Júnior
Prefeito Municipal em exercício